

Memorial da Amnésia

Aumentam os sinais, por enquanto exteriores, do envolvimento do ex-presidente José Sarney com o padrão de bandalheira de um extenso grupo de parlamentares tornado público a partir das revelações do ex-assessor do Senado e réu confesso de corrupção passiva, José Carlos Alves dos Santos. Dos 29 acusados na CPI do Orçamento, 15 deles mantêm ligação política ou de amizade com Sarney.

Para começar, seus três principais aliados no Maranhão, que comporiam o esquema de sua candidatura à presidência e da eleição de sua filha ao Palácio dos Leões, desmoronaram. O governador Edison Lobão e o ainda ministro Alexandre Costa, eventuais aspirantes ao Senado, e Cid Carvalho, pretendente a vice-governador, foram citados nominalmente como membros do esquema de João Alves.

De uns tempos para cá, trabalha-se muito (e em vão) em São Luís para desvincular Sarney do *anão* Cid Carvalho — o mais comprometido com o esquema de propinas. Mas nem o jornal, nem a televisão ou as rádios da família Sarney conseguem tapar o sol com a peneira, isto é, esconder que o substituto de João Alves só conseguiu assumir o controle do PMDB maranhense graças ao ex-presidente.

Até o escândalo estourar, Sarney e o *anão* eram unha e carne no estado. Agora, preocupados membros do clã Sarney espalham que Cid Carvalho inventou sozinho a candidatura do ex-presidente ao Planalto. Para complicar as coisas, a revista *Veja* desta semana avisa que está chegando à CPI do Orçamento um dossier de 56 páginas — organizado por um antigo executivo da empreiteira Servaz — com uma lista de propinas e de obras da empresa, com porcentagens especificadas, beneficiando políticos, autoridades e chefes de campanha.

Sarney figura ao lado de PC Farias, João Alves, Cid Carvalho, Genebaldo Corrêa, Cleto Falcão e outros. Ao lado do nome do ex-presidente pode-se ler: assuntos do Maranhão + Fazenda. Os “assuntos” seriam benfeitorias realizadas graciosamente pela empreiteira na Ilha de Curupu, propriedade da família Sarney. A “fazenda” se refere a obras subfaturadas em seu sítio do Pericumã, em Brasília. Não são provas conclusivas, embora se saiba que na presidência Sarney conviveu estreitamente com o dono da Servaz, Onofre Américo Vaz, empresário conhecido por sua habilidade em arrancar verbas públicas em Brasília.

Onofre nunca mais faturou tanto quanto sob Sarney. E há mais: Jorge Murad, genro do ex-presidente, adquiriu uma grande quantidade de terras vizinhas ao sítio Pericumã, em seguida transferiu, via intermediários, três glebas por US\$ 600 mil a um meio irmão de Onofre, seu sócio na Servaz.

Não são boas notícias para José Sarney, no exato momento em que se sabe que o ex-presidente instalou num antigo convento o único memorial erguido em honra a um político ainda vivo — o próprio José Sarney. A obra custou aos cofres do Maranhão US\$ 9,5 milhões. No jardim, há uma câmara mortuária à espera do prócer de Curupu. O contribuinte não foi consultado.

É compreensível que José Sarney queira ter algum controle sobre a maneira pela qual a História registrará sua memória. De como, por exemplo, de líder da ditadura no Congresso conseguiu transformar-se, pela ironia dos deuses e a ajuda do general Leônidas, em ocupante do Planalto e presidente de honra do partido de oposição da ditadura.

Vai ser preciso esquecer que, até alguns meses antes, ele integrava um grupo de políticos que se tinham tornado dissidentes, menos por princípio do que por interesse pessoal, formando o PFL na hora em que a ditadura naufragava. E que a vitória de Tancredo Neves, fundada em anos de uma solitária batalha contra o regime militar, foi surpreendida na última hora por políticos e militares que serviram fielmente a ditadura.

O Memorial vai ter também de passar por cima do estelionato eleitoral de 1986, quando Sarney conseguiu fazer quase todos os governadores de seu novo partido — o PMDB — pelo prolongamento artificial do popular congelamento de preços. E esquecer que quando Sarney passou a faixa o Brasil vivia uma hiperinflação de mais de 80% ao mês.

Sarney foi unha e carne com muita coisa que será conveniente reescrever. O “é dando que se recebe” foi cunhado pela desfaçatez do deputado Roberto Cardoso Alves para explicar a vergonhosa concessão de 32 emissoras de rádio e tevê a parlamentares, em troca da aprovação do quinto ano de mandato presidencial. Sarney vem de longe: é uma das matrizes dessa política rasteira e matreira, o denominador comum entre os políticos-despachantes, um gigante em miniatura que inspira anões.

A nação que pediu contas e soube destituir legalmente um presidente eleito por 35 milhões de votos não pode recuar na hora de pedir contas a um ex-presidente que nem eleito pelo povo foi. É difícil confiar em um homem que, depois de passar cinco anos no Planalto, ao invés de se candidatar por um estado importante, elege-se senador pelo Amapá e depois aparece com uma pesquisa que o aponta como o segundo político mais popular da História do Brasil, logo atrás de Getúlio Vargas e na frente de Juscelino Kubitschek.

É difícil, mas o memorial dos nove e meio milhões de dólares deve ter alguma explicação para isso.